



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR TABOSA, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DA PORTARIA Nº 86/2014, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia 18 (dezoito) do mês de novembro do ano de 2014, às 8 horas, na Sala de Audiências da Comarca de Monsenhor Tabosa, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Joaquim Vieira Cavalcante Neto; a funcionária da Corregedoria-Geral de Justiça, Vlândia Samara de Araújo e demais servidores lotados na unidade, teve início inspeção correcional ordinária, nos termos do ato administrativo acima epígrafado.

Iniciados os trabalhos sem a presença do Juiz da Comarca, Dr. Sérgio Augusto Furtado Neto Viana, que se encontrava na vizinha cidade de Nova Russas em respondência pela 2ª Vara daquela Comarca; ausente, ainda, e injustificadamente, o Diretor de Secretaria de Vara. No correr dos trabalhos inspecionais compareceram tanto o Magistrado Titular da Comarca, quanto o Senhor Diretor de Secretaria que permaneceram no Fórum até o final dos trabalhos, subsidiando este Corregedor e sua equipe com as informações que lhes foram requeridas.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar explicou aos presentes a finalidade do ato inspecional, conclamando todos a colaborarem com as ações a serem efetuadas. Em seguida, procedeu ao exame das ações em curso no Juízo, priorizando a análise das ações referentes a réus presos provisórios e sentenciados, ações civis públicas, improbidade administrativa, mandados de segurança, processos submetidos à Meta 2 de 2014, processos prioritários (Estatuto do Idoso), feitos afetos à infância e juventude, ações de competência do tribunal do júri e cartas precatórias.

A Secretaria da Vara conta com 4 (quatro) servidores efetivos do quadro do Tribunal de Justiça, incluindo o Diretor de Secretaria e um oficial de Justiça, além de 10 (dez) servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa.

Verificou-se por meio de formulários próprios que o Juiz Titular desempenha a contento suas funções à frente da Comarca de Monsenhor Tabosa, havendo, ao curso de 16 meses, prolatado 1.768 sentenças e 1.071 decisões interlocutórias; promovido 206 acordos; realizado 482 audiências e despachado em autos por 3.584 vezes.

ANÁLISE DE PROCESSOS:

Foram analisados do acervo total da Comarca constantes de 1.692 (um mil, seiscentos e noventa e dois) processos, 172 (cento e setenta e dois) feitos, ou seja, pouco mais de 10% (dez por cento) das ações em andamento, assim discriminados:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Pouco mais de 30 (trinta) cartas precatórias em andamento na Comarca, verificando-se atrasos invariáveis no andamento daqueles feitos, além do que audiências são designadas em tempo distante, ocasionando, assim, significativos atrasos na prestação jurisdicional. De ressaltar ainda que constatou-se no andamento das cartas, como de resto nos demais procedimentos em curso na Comarca que a Secretaria demora-se exageradamente no cumprimento de determinações judiciais, como se exemplifica através dos processos nº 2893-41.2014; 3037-15.2014; 3115-09.2014; 2866-58.2014 e 2990-41.2014 cujas audiências estão designadas para janeiro de 2015. Assim como se verifica nos feitos atinentes à infância e juventude de nº 3961-60.2013, que despachado em 31/3/2014, sem que atendido pela Secretaria a determinação judicial até a data de hoje; de igual modo se verificou quanto aos processos 2992-11.2014; 4030-92.2013; 3822-11.2013 e 2981-79.2014, situação a ser melhor detalhada quando da feitura do relatório final de inspeção.

As ações civis de improbidade administrativa também apresentam atrasos como consta dos processos 3280-90.2013 e 3411-02.2012, aquela ajuizada em 11/6/2013 e até a presente data ainda não formalmente recebida e esta última ajuizada em 10/7/2012 sem movimento desde 27/5/2014.

Os feitos relativos aos idosos em grande quantidade aguardam resposta de ofícios remetidos a bancos, gerando com isso atraso na conclusão de tais processos; ressalte-se aqui que, salvo raras exceções tais feitos não se encontram identificados com etiquetas próprias para diferenciá-los.

Destaque-se que a ação civil pública de nº 3071-58.2012, sem cumprimento do despacho citatório, exarado em maio de 2014, embora o citando seja secretário municipal desta Monsenhor Tabosa.

Presos provisórios e em cumprimento de pena têm regulares processos.

Por último, destaque-se os feitos de natureza ordinária e de nº 2180-08.2010, parado desde 21/8/2013 e o de nº 2007.0029.2641-3, sem movimentação desde 26/9/2011.

No mais consigne-se aqui que a pauta de audiências da Comarca vai até janeiro de 2015, o que motivado pela atividade do magistrado na Comarca de Nova Russas por onde responde pela 2ª Vara, ali permanecendo o MM. Juiz uma semana, enquanto outra presta expedientes na Comarca de sua titularidade.

Percebeu-se, ainda, que, face à ausência do Magistrado e problema de saúde que acometeu o Juiz da Comarca, inúmeros são os expedientes assinados pelo Diretor de Secretaria que ao final ressalva que assina tal documento, “de ordem”.

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/n - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

CADEIA PÚBLICA: Instalada em acanhado prédio, contando com quatro celas que abrigam 22 (vinte e dois) presos. O prédio se encontra em razoável estado de conservação.

CASA OFICIAL: Existe na Comarca uma Casa Oficial para residência do Juiz, situada na Rua João Pamplona, s/n e que atualmente ocupada pelo Juiz Titular da Comarca em que pese suas precárias condições de habitabilidade.

DEMAIS MATÉRIAS: i) **armas apreendidas:** as armas de fogo são periodicamente encaminhadas ao Exército; ii) **Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:** a) a unidade está interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); b) o juiz titular está cadastrado nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud (META 8 de 2009); c) o magistrado titular cursou a capacitação em Administração Judiciária (curso de formação de magistrados promovido pela ESMEC) (META 8 de 2010); d) encontra-se implantado, na unidade, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); e) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; f) foi detectada uma ação de improbidade administrativa ajuizada antes de 31 de dezembro de 2012 e que deverá ser concluída até 31 de dezembro de 2014 (Meta 04 de 2014); g) quando considerados os 10 (dez) primeiros meses deste ano, verifica-se que a Meta 1 de 2014 está sendo atingida, uma vez que os feitos julgados (1.130), superam os processos distribuídos (405); h) foram identificados diversos processos inclusos na Meta 2 de 2014 - ajuizados antes de 31 de dezembro de 2010; iii) **Projeto Pai Presente - Provimento 26 do CNJ:** conforme informado pelo Diretor de Secretaria, o Projeto Pai Presente foi devidamente implementado na Unidade à época em que recebida a listagem da CGJ e atualmente é iniciado procedimento para averiguação de paternidade do menor sempre que o Cartório de Registro Civil informa o registro de nascimento sem os dados do pai; iv) **Conselho da Comunidade:** O Conselho da Comunidade foi instalado em 28/11/2013, conforme Portaria nº 13/2013 de 28 de novembro de 2013; v) **Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP – Recomendação nº 20:** a Vara cumpre o determinado no referido ato normativo, estando com 29 (vinte e nove) mandados de prisão cadastrados no BNMP, conforme consta do FICOVI.

Com relação às instalações físicas do Fórum, verificou-se que o prédio se encontra em bom estado de conservação. Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria de Vara são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.

LIVROS: Foram vistoriados os livros obrigatórios, cujas observações pertinentes a cada um encontram-se detalhadas em formulário próprio.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes já por ocasião do encerramento da inspeção:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

a) deve haver especial empenho da Unidade quanto ao cumprimento das Metas nacionais do judiciário para 2014; b) deve ser aperfeiçoado o controle das ações vinculadas ao Estatuto do Idoso, as quais deverão ser identificadas com etiquetas próprias o que lhes garantirá um fluxo diferenciado, especialmente quanto à garantia da prioridade de sua tramitação, requerendo-se por último e com ênfase, que venha a Secretaria a emprestar celeridade no atendimento das determinações emanadas do Juiz da Comarca, o que ora se constata e o que vem, sobremaneira, acarretando atrasos na prestação jurisdicional.

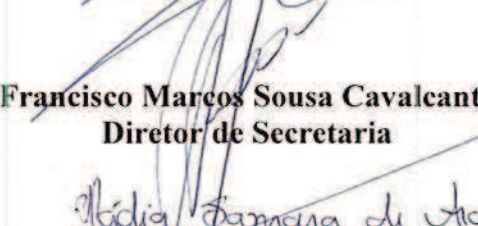
RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

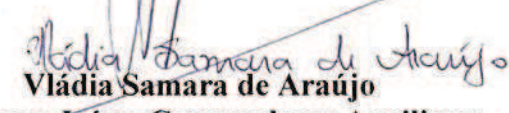
Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 16 horas do dia 18 de novembro de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelas autoridades acima nominadas.


Joaquim Vieira Cavalcante Neto
Juiz Corregedor Auxiliar


Sérgio Augusto Furtado Neto Viana
Juiz Substituto Titular


Francisco Marcos Sousa Cavalcante
Diretor de Secretaria


Vlândia Samara de Araújo
Apoio aos Juizes Corregedores Auxiliares